

**O mar e a utopia possível: para uma história ideal-marítima na literatura
portuguesa**

Uma das possíveis e produtivas aproximações teóricas ao espírito/conceito da utopia em textos literários clássicos que obedecem a um desígnio fabular orientado para a representação de formas de convivência social alternativas às que são dadas experimentar na imanência do registo histórico é a que conjuga utopia e viagem marítima. Na sua insaciável gesta de perscrutar os segredos da natureza, de inventar engenhos técnicos, de descobrir novos mundos, o homem ocidental-europeu, numa conjuntura histórica muitíssimo favorável, a dos séculos XV e XVI e XVII, actualizará, renovando as forças do imaginário nostálgico e prospectivo sancionados na letra da Bíblia, a sua propensão ao sonho utópico. As descobertas geográficas processadas através do mar, em especial a descoberta de um novo continente, serão o grande acontecimento-motivo, como literariamente o provam as narrativas inglesas de Thomas More e de Francis Bacon, da continuação reformulada desse sonho, cujo avatar mais arcaico se relaciona com a crença na efectiva existência à superfície da terra de um lugar de eleição criado por Deus. Na realidade, muitos são os testemunhos da literatura medieval europeia - adunada em códigos ideológicos permeáveis à fabulação e à mitificação - que nos dão conta da convicção de que o Paraíso terrestre existia de facto e se situava algures a oriente. Disso nos dão conta não só obras de carácter moral e ascético, mas também de carácter mais profano, como, por exemplo, uma das mais populares narrativas de viagem, redigida originalmente em anglo-normando, em meados do século XIV, as *Mandeville's Travels*. Mas, tal como escreveu V. M. Godinho, ao referir-se à pluralidade de sentidos associados ao processo da viagem marítima e aos factores históricos complexos que intervieram na gesta das navegações atlânticas e orientais, *do mito*

chega-se à utopia, pelo caminho verdadeiro. (Godinho 149). E o caminho verdadeiro, que inspirou a redacção da *Utopia* de T. More e se mostrou essencial na criação da sintaxe do género literário orientado para a descrição de sociedades ideais - e que já conduzira à demanda de ilhas míticas, até mesmo do Paraíso pelas naus de Colombo - esse caminho foi o das rotas prosseguidas por diferentes mares, foi o mar, *essa grande substância utópica*, como o define Lapouge (109), e tão tópica para os pioneiros navegadores atlânticos portugueses de quatrocentos e de quinhentos. Há pois que mencionar alguns textos redigidos em língua portuguesa que, a nosso ver, ilustram a origem, recriação e fundamentação da díade utopia-viagem segundo três vertentes, a saber: (i) a documental-histórica, fonte de inspiração - devido à distância geográfica, à alteridade continental e ao exotismo cultural de tribos e sociedades orientais indianas e ocidentais-índias - do imaginário utopista renascentista (de que servem de exemplo, *O Livro de Duarte Barbosa* e a *Carta de Pêro Vaz de Caminha*); (ii) a puramente imaginada (a ilha dos amores de *Os Lusíadas*); (iii) a documental-histórica-imaginada que se expõe como um desenho utópico, como uma representação social idealizada pelo olhar de espanto do estrangeiro europeu (*A Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto).

O Livro do Oriente de Duarte Barbosa, composto entre 1516 e 1519, é uma obra compósita reunindo matérias de índole geográfica, etnográfica, económica e política, sobre muitos reinos e paragens orientais. Apesar de não ser possível traçar nenhuma influência directa do *Livro de Duarte Barbosa* na *Utopia* de More, o que importa sublinhar é que as navegações e as relações, como a citada, acerca de terras e gentes excêntricas favoreceram a transformação ou reutilização da matéria mítica literária quer acerca da topografia fantástica quer acerca do lugar melhor-outra: sob o efeito deslumbrante das novas descobertas geográficas, etnográficas e institucionais, as representações de sociedades maravilhosas, puramente imaginadas, e as especulações espaciais sobre o paraíso bíblico e outras ilhas míticas deram lugar à composição de uma narrativa (re)fundadora de um subgénero literário específico - a

utopia, tematicamente concebida segundo uma concepção mais laica e racionalista do mundo. Assim, e tal como as míticas sociedades-ilhas tidas pelo narrador Mandeville por modelos de prosperidade social e de conduta ética-espiritual, também as *ricas e formosas cidades* do oriente são-nos apresentadas por Duarte Barbosa sob traços idealizantes, tanto no que diz respeito à temperança do clima como dos hábitos das suas gentes. Com a diferença, todavia, de que esta apresentação subsume-se a um informe globalmente despojado do inverosímil maravilhoso. É assim que, por exemplo, a descrição da mítica ilha de Taprobana em Mandeville dá lugar, em Duarte Barbosa, à descrição da ilha real de Ceilão, homóloga concreta daquela designação diáfana (Taprobana), definida como *terra das delícias* (Barbosa 353), mas agora sem a notícia maravilhosa de ser habitada por formigas gigantes que se ocupam em guardar montanhas de ouro refinado. Também a Ceilão, e por maravilhoso acaso, terá chegado Hitlodeu, o mareante português, narrador da Utopia, com cinco dos seus companheiros, após ter visitado muitos reinos e comunidades do novo mundo. De acordo com o relato feito por Peter Gilles a Thomas More no Livro I da *Utopia*, de Ceilão (Taprobana) Hitlodeu terá seguido para Calecut e de Calecut terá regressado a Portugal, trazendo, entre as suas indelévels recordações de viagem, o informe sobre a "óptima República", o modelo de sociedade ideal, digno de inspirar a reforma das sociedades europeias quinhentistas. A viagem de Hitlodeu terá porém tido início a partir de uma fortaleza da costa austral do Brasil, local onde, a seu pedido - e depois de ter abandonado a tripulação de Americo Vespúcio -, teria permanecido juntamente com 24 outros companheiros. Os estudos sobre as fontes da *Utopia* de More costumam por isso referir as *Quattuor Navigationes* (1503) de Americo Vespúcio - explorador do novo continente a que deu o seu nome - como a obra que terá servido de inspiração ao humanista inglês para ficcionar a viagem do mareante português descobridor e divulgador da ilha da utopia. Mas antes de Vespúcio ter fundeado na baía de Todos os Santos, no Atlântico sul, já Pedro Álvares Cabral, a 24 de Abril de 1500, ancorara numa baía que nomeou de Porto Seguro. Na antevéspera tinha feito o

'achamento' dessa porção do continente americano, a Terra de Vera Cruz, e avistado do mar a sua primeira protuberância física, o monte que baptizaria de Pascoal, por ter sido assinalado três dias depois da Páscoa. Do relato desse evento e das impressões causadas pelas belezas naturais e pela inocência das gentes que habitavam esse novo mundo trata a matéria da carta redigida pelo escrivão de bordo, Pêro Vaz de Caminha. Este 'auto oficial do nascimento do Brasil e do Novo Mundo', como o definiu Jaime Cortesão (Cortesão: 80) ostenta marcas textuais significativas que exprimem um certo fascínio idealizante por parte do narrador diante da novidade geográfica e etnográfica: do ponto de vista informativo-literário, e reconhecidas as óbvias diferenças estilísticas, a *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-rei D. Manuel* parece participar do mesmo tom expressivo e da mesma orientação temática do *Livro do Oriente de Duarte Barbosa*, isto é da mesma híbrida qualidade semântica feita a um tempo de intencionalidade objectiva e de deslumbramento espontâneo, no que isso comporta de involuntária idealização. Só que na *Carta* esta idealização não é como no *Livro do Oriente*, de incidência cosmopolita, mas de teor eminentemente pastoral. Nos apontamentos recolhidos por Caminha ao longo dos sete dias que se seguiram ao descobrimento - de 25 de Abril a 1 de Maio de 1500 - ressalta a isotopia do primitivismo edénico dos autóctones, vivendo como povo colector em regime comunitário e em interacção com a prodigalidade da natureza. Entre a escorreita convivialidade inter-étnica e a mútua desconfiança diante do rosto da alteridade, entre o fluxo da aproximação e o refluxo do distanciamento evolui a narrativa de Caminha, tingida por um indisfarçável tom de deslumbramento por aquela gente e por aquela terra assim em estado quase puro.

E da ilha da Vera Cruz, viajemos, agora, para outra ilha, a dos Amores - esta completamente imaginária, embora inscrita no relato épico-literário de *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões (1524-1580), cujo tema central, como se sabe, colhe a sua inspiração no evento histórico da primeira viagem náutica que assegurou a ligação por mar entre a Europa e a Índia (1497-1499). Não se trata obviamente de uma ilha que

possa ser qualificada de utópica, no sentido estrito e puro do termo, confinado à designação da narrativa-tipo que descreve o funcionamento orgânico-institucional de uma sociedade exemplar e racionalmente perfeita; tão pouco de mera anedota fabular adequada ao plano maravilhoso-mitológico da intriga, menos ainda de uma recriação retoricamente sublimada de um exemplo de vida insular colhido do real, (p. ex. a ilha de Zanzibar ou a de Moçambique, no Índico, a de St^a Helena, no Atlântico sul): é, antes, uma ilha de lazer e prazer, de consolação e prémio, observatório da máquina do mundo, oráculo profético do futuro, lugar de fruição sensual e de revelação da obra e do plano de Deus (de que os portugueses, conforme ao espírito romano-cristico e patriótico-imperialista que permeia a concepção do poema, eram precisamente os agentes eleitos). Por conseguinte, é apenas no sentido mais amplo e apriorístico do termo, enquanto nomeador de um (não-)lugar sonhado e desejado de harmonia e deleite, vector da pura idealização existencial, que é aceitável definir como utópica 'a ínsula divina' de *Os Lusíadas*. Melhor seria dizer, em abono do rigor terminológico-conceptual, que a ilha dos amores participa do espírito da utopia e que a sua descrição coloca-a na tradição literária dos lugares idílicos propiciadores da consumação da felicidade (neste caso associada ao amor sensual, que o Camões parece ter como princípio da distensão do amor pelo próximo), como utopia de teor pastoral, retoricamente, e de acordo com a complexa arquitectura ideotemática do poema, permeada pela mitologia greco-latina enquanto recurso alegórico ao serviço de uma teleologia e mundividência cristãs. E é justamente no sentido em que o poema é transmissor de um ideal messiânico judaico-cristão que a ilha dos amores, num momento particularmente adequado da diegese relativo aos futuros feitos heróicos dos portugueses no oriente, apresenta-se como símbolo subtilíssimo da Jerusalém Celeste. De lugar utópico, a ilha passa a representar a dimensão do tempo profético, ou, por outras palavras, de lugar ideal passa a significar o tempo ideal. Este é o indeterminado tempo revelador da plena e benigna consumação do ser no mundo, a mesma qualidade de tempo que o espírito profético-nacionalista de Vieira no século

XVII comparava a um imenso mar situado para além do *temerosíssimo Bojador do futuro* (Vieira 108) e que estaria na iminência de ser inaugurado pela nação portuguesa. Pessoa, no século XX, recorrendo ao mesmo tipo de linguagem simbólica para designar um ideal ontológico último - uma utopia teleológica - designaria esse tempo/mar por *Mar Português*.

Mas regressemos à literatura gerada pelas navegações transoceânicas e à fundamentação, que designámos acima por documental-histórica-imaginada, da díade utopia-viagem marítima. Sirva de exemplo a narrativa de Fernão Mendes Pinto. Editada em Lisboa no ano de 1614, *A Peregrinação*, não se conforma, como sucede na *Carta de Caminha* ou no *Livro de Duarte Barbosa* à notícia factual e ao registo da novidade e da alteridade, tingidas por um discreto índice de subjectividade estilística; aqui a notícia vai a par da efabulação, a crónica é concomitante do romance, o real está saturado de ficção. O autor/narrador da *Peregrinação*, jogando com o efeito da distância física-geográfica, propõe-se 'dar conta' de realidades humanas e sociais que, marcadas pelo traço da sua excêntrica alteridade relativamente ao centro referencial europeu e à identidade portuguesa, ora são, na sua rudeza e violência primitivas, exibidas mediante uma clave negativa, distópica (e.g., os canibais-pigmeus Gigauhos - Capítulo LXXIII), ora se representam, na exemplaridade contrastiva da sua ordenada sofisticação, sob um olhar aprovador e utopizante - (focalizado particularmente na sociedade chinesa, e mais concretamente nos capítulos CV, CVII, CXI, CXII, relativos à descrição de Pequim). A verdade é que a cidade de Pequim é globalmente caracterizada, como já tinham sido a de Nanquim e a de Funquinilau (capítulos LXXXVIII; XCVII- XCIX, respectivamente), segundo traços que denunciam a sua virtual filiação adentro do utopismo, isto é, segundo aquela propensão da consciente vontade humana, como escreve Joyce Oramel Hertzler, em sugerir um alinhamento da sociedade em '*conformidade com um ideal positivo*'.(Hertzler 268). Só que aqui, este ideal é feito a partir do real, operando a imaginação utopizante por efeito da revelação geográfica. Em Pequim e, por extensão, em todo o império parece reinar

positivamente a ordem, a prosperidade, a justiça e a comiserção. Desde logo, e à semelhança da definição espacial das sociedades ideais, a topografia de Pequim é de tipo insular, ocupando a cidade o centro geométrico de uma ilha maior que é o próprio império, cercado por outro muro (a muralha real da China)..O povoamento e o ordenamento dos espaços urbanos são-nos representados segundo configurações geométricas, reticulares destinados à morada de muitíssimos 'chins'. Regularidade ortogonal, simetria, geometrismo configuram a ordem das utopias estáticas de inspiração platónica-moreana, e são essas as características reproduzidas no desenho que nos oferece F. M. Pinto de Pequim, e, por metonímia, da China. A esta rigorosa modulação do espaço corresponde uma não menos escrupulosa ordenação social, não propriamente igualitária e comunista como a prevalecente na ilha da Utopia, mas funcionalmente estratificada, à imagem da filosofia política de Confúcio, de certo modo à imagem da república ideal de Platão onde cada um era suposto cumprir o seu íntegro dever de cidadão na justa medida em que a essência do seu ser coincidissem e se subsumisse ao ser de uma das classes constituintes e promotoras da harmonia da polis. E também neste ponto da *Peregrinação* é possível discernir uma analogia com um dos operadores ou uma das categorias funcionais, imprescindíveis à sintaxe das narrativas de tipo utópico: referimo-nos à categoria do sujeito-sonhador-legislador-fundador da sociedade ideal.. Segundo informes mais antigos consultados por F. M. Pinto - concretamente, o da 'Crónica das oitenta dos Reis da China no capítulo treze' - a fundação de Pequim, por um príncipe com esse mesmo nome Para concluir, reiteremos a seguinte analogia: que assim como há uma relação de contiguidade onomástica entre a Utopia e Utopus, assim também Pequim, antes de ter sido nome de cidade foi nome de pessoa; por outro lado, e à semelhança da sociedade ideal visitada por Rafael Hitlodeu, em que o conhecimento e a descrição de uma só cidade (no caso a de Amaurota) consubstancia o conhecimento de todas as cidades da ilha, também a cidade de Pequim (supostamente) visitada por F. M. Pinto, se configura como uma espécie de modelo exemplar de todos os demais espaços urbanos chineses.

Ernst Bloch, na sua proposta de classificação e na sua exegese sobre as diferentes modalidades da utopia (sociais, técnico-científicas, arquitectónicas, médicas, etc.), caracteriza a utopia geográfica (a morada outra desejada pela imaginação, acalentada pela esperança e motivada/motivadora da viagem) como aquela que se insinuou na (mítica) procura de um Éden, de um Eldorado, e que nutriu a (real) empresa das descobertas planetárias - hoje em dia continuadas no espaço infinito transplanetário (Bloch 1982: 361-417). Viagem marítima / utopia / descoberta são, portanto, termos que reversível e mutuamente se determinam na preservação e renovação do princípio da esperança de um mundo melhor, e, segundo Bloch, a sua conjugação parece pôr em evidência a própria fenomenologia do que ele designa por 'utopia concreta'. Para o filósofo, a intenção genérica de qualquer utopia em pre-anunciar e pôr a descoberto realidades, situações e condições humanas e sociais ainda-não-conhecidas - que se encontram latentes sob a forma de possibilidades objectivas reais e que podem ser plenamente realizáveis no futuro - tem na própria gesta dos 'des-cobrimentos' geográficos a sua melhor ilustração: é que revelar novos espaços tem por condição positiva a esperançosa viagem de se alcançar um *topos* distante, ainda não conhecido, que seja melhor que o já conhecido, e tem por efeito dar a conhecer o que estava em estado latente, desvelar o possível de uma realidade antes oculta .

Os textos de Duarte Barbosa, Pêro Vaz de Caminha, Camões e Fernão M. Pinto, associados como estão à abertura do conhecimento do novo mundo, tanto a ocidente como a oriente, não deixam, pois, na sua relativa especificidade temática, e com diferentes intensidades, de demonstrar que a descoberta geográfica marítima é um *empreendimento centralmente governado pela utopia*. (Bloch 1982: 369)

BIBLIOGRAFIA

- Barbosa, Duarte O Livro de duarte Barbosa. Lisboa, 1813
Bloch, Ernst. Le Principe Espérance. Trad. F. Wuilmart. Paris, Gallimard, 1982.
Caminha A Carta de Pêro Vaz de Caminha. Ed. Cortesão J.Lisboa, INCM, 1994.
Camões, Luís de. Os Lusíadas . Ed. A . J. Saraiva. Porto, Figueirinhas, 1981.
Godinho, Vitorino Magalhães. Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Lisboa, Difel, 1990.

Hertzl, Oramel, The History of Utopian Thought. London Allen & Unwin, 1922..
Lapouge, Gilles. Utopie et Civilization. Paris, Flammarion, 1978.
Mandeville's Travels. Trans. M. Letts. London, Hakuyt Society, 1953
More, Thomas. Utopia.1556. Trans. Ralph Robinson, Ed. E Arber. London,
Constable an Co, 1927.
Pessoa, Fernado. Mensagem. Lisboa, Ática, s.d..
Pinto, F.M. Peregrinação. Ed.A.J.Saraiva. Lisboa, Sá Costa, 1981..
Vieira, António. História do Futuro.Ed. J. Basselaar. Lisboa, B. Nacional, 1993..